



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

INTERPELAÇÃO ESCRITA

Com o rápido desenvolvimento social, os problemas de poluição são cada vez mais graves. Se bem que o Governo tenha implementado várias políticas e medidas de protecção ambiental, a verdade é que não são ainda palpáveis os seus efeitos. Tudo isto, devido aos atrasos verificados nas vertentes relativas à optimização das infra-estruturas ambientais e à actualização das leis.

No que se refere à primeira vertente, e com vista a controlar as emissões e a aumentar a capacidade de tratamento das respectivas infra-estruturas ambientais, definiu o Governo, em 2013, um plano de optimização e de requalificação técnica das respectivas instalações. Contudo, devido à complexidade das obras e às exigências técnicas, os trabalhos de concepção e de elaboração das propostas acabaram por necessitar de mais tempo do que o previsto, resultando assim em atrasos nas obras. Em declarações prestadas à imprensa no início do ano passado, reconheceram as autoridades que tinham envidado todos os melhores esforços para preparar as obras de ampliação da Central de Incineração de Resíduos Sólidos e os trabalhos de construção da Estação de Água Reciclada para que os respectivos projectos



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

pudessem ser colocados quanto antes a concurso público¹. Contudo, decorrido mais de um ano, esses concursos estão ainda por realizar.

E no que toca à segunda vertente, há quem alegue que os gases emitidos pelos tubos de escape dos veículos automóveis e os lançados pela Central Térmica são as principais fontes de poluição em Macau, portanto, para controlar estas emissões e eliminar os carros altamente poluidores, lançou o Governo, em 2013, uma consulta pública sobre o “regime relativo aos parâmetros das emissões de gases de escape e ao aperfeiçoamento das inspeções dos automóveis”, e, em 2014, sobre o “regime relativo aos parâmetros das principais fontes poluentes constantes do ar e ao aperfeiçoamento do seu controlo” e sobre a definição dos parâmetros das emissões das unidades empresariais (nomeadamente, dos ramos químico, farmacêutico e cimenteiro, bem como das centrais incineradoras de resíduos sólidos e das estações de tratamento de águas residuais), e do respectivo regime jurídico. Todavia, esses diplomas estão ainda por promulgar.

Assim sendo, interpele sobre o seguinte:

1. De que planos em concreto dispõe o Governo para otimizar e requalificar tecnicamente as infra-estruturas ambientais? Quais os motivos que levaram a que até à data as obras de ampliação da Central Incineradora de Resíduos Sólidos e da construção da Estação de Água Reciclada não tivessem sido postas a concurso público?

¹ “Macau Daily News”, 19/01/2015, pág. C1.



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

Quando é que se prevê a conclusão dessas obras?

2. No que respeita à preparação de leis relativas à protecção ambiental, o Governo já desenvolveu uma série de trabalhos que vão desde a promoção de estudos até ao lançamento de consultas públicas, mas os respectivos processos legislativos andam anormalmente atrasados. Que motivos conduzem a esta situação? Será que poderão ser implementados ainda este ano o “regime relativo aos parâmetros das emissões de gases de escape e ao aperfeiçoamento das inspecções dos automóveis” e o “regime relativo aos parâmetros das principais fontes poluentes constantes do ar e ao aperfeiçoamento do seu controlo”?

22 de Março de 2016

A Deputada à Assembleia Legislativa da RAEM,

Chan Hong